

STF, NEGOCIA JÁ

3 DE JULHO

PARALISAÇÃO

REAJUSTE E CARREIRA

sintrajusc.org.br



Na semana retrasada, após reunião do Fórum de Carreira, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juiz Guilherme Feliciano, apresentou proposta de reajuste salarial aos servidores e servidoras do Judiciário Federal. A proposta, recebida pela categoria após cobrança e mobilização, prevê reajuste de 5% no vencimento básico e aumento da GAJ para 165%.

A proposta do representante indicado pelo STF equivale a um reajuste de 15,93%, considerando a soma de vencimento básico e GAJ. Esse reajuste seria aplicado em 2026. Já a reestruturação da carreira, com sobreposição, seria implementada entre 2027 e 2030.

O fato de existir uma proposta é resultado da ação da categoria, seus sindicatos e da Fenajufe, prova de que nossa unidade e ação são necessárias e capazes de fazer repercutir nossas reivindicações. Contudo, nunca é demais lembrar que o que foi apresentado pelo representante do STF no Fórum de Carreira é distante da velocidade e do valor do reajuste salarial pago à magistratura em forma de indenizações.

Queremos o justo, nada mais do que isso. Da mesma forma que queremos que não haja tratamentos e velocidades diferenciadas entre as demandas dos trabalhadores e da magistratura.

Mas atenção! Nada está garantido até agora.

No dia 3 de julho, quinta-feira, vamos paralisar as atividades e cobrar que esta proposta seja imediatamente transformada em projeto de lei para aprovação em 2025, com efeitos já em janeiro de 2026.

A concentração na Capital será ao meio-dia na rampa do TRT-SC e na sede da Justiça Federal. Antes teremos arrastão no TRE-SC e no prédio das Varas do Trabalho de Florianópolis para seguir rumo ao TRT-SC.

Fora da capital, temos coordenadores em Chapecó, Xanxerê, Criciúma e Rio do Sul que irão organizar as atividades. Nos demais municípios, reúna seus colegas em frente ao local de trabalho e envie fotos da mobilização para o Sindicato: imprensasintrajusc@gmail.com. No nosso site há um cartaz para impressão e uso nas fotos.

No dia da paralisação, haverá Assembleia presencial no TRT-SC e na Justiça Federal em Florianópolis, assim como sala virtual (com link divulgado no dia), para avaliar a proposta. Se está em trabalho remoto, desconecte-se (não acesse o PJe, balcão virtual, nem responda mensagens de WhatsApp ou e-mail sobre questões do trabalho) e compareça na rampa do TRT-SC e na Justiça Federal ou acesse a sala virtual.

Precisamos de todos e de todas nesta luta!

Hora é de mobilização e unidade da categoria por reajuste e carreira

O Sintrajusc tem recebido questionamentos sobre a paralisação marcada para o dia 3 de julho e considera importante dar as respostas necessárias. A motivação e a participação de todos e de todas são fundamentais para o sucesso da mobilização.

Em primeiro lugar, há quem tema que a opinião pública não esteja ao nosso lado por conta das notícias frequentes sobre os chamados “altos salários” no Judiciário. Na verdade, ela nunca esteve. É essencial que compreendamos — e que ajudemos a população a entender — que esses salários referem-se, quase exclusivamente, à magistratura, com seus “penduricalhos” e verbas indenizatórias muitas vezes excessivas. Isso, além de gerar distorções, tem contribuído para a degradação da imagem do próprio Poder Judiciário.

Nossa carreira, ao contrário, sempre teve seu prestígio atrelado à qualidade do serviço prestado — qualidade essa que está diretamente ligada à valorização salarial conquistada ao longo de anos de luta sindical, com destaque para o papel da Fenajufe e dos sindicatos a ela afiliados.

O que temos visto nos últimos anos é uma apropriação cada vez maior do orça-

mento do PJU pelas cúpulas, aprofundando desigualdades e esvaziando a força de trabalho que sustenta a Justiça no dia a dia.

Outro ponto que tem gerado acomodação em alguns colegas é a recente publicação da ata da Coordenação do Fórum de Carreira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propõe:

- Aumento da GAJ de 140% para 165% do vencimento básico, com acréscimo de 5% neste;

- E possibilidade de equalização das tabelas salariais a partir de 2027.

A Fenajufe, ouvindo seus coletivos, manifestou discordância quanto a esse prazo, defendendo que tal medida deva vigorar já em 2026.

É compreensível que muitos vejam com bons olhos esses encaminhamentos. Mas é um erro grave acreditar que tais conquistas virão espontaneamente, sem pressão ou mobilização.

Lembremos que até mesmo o Adicional de Qualificação — projeto de interesse da própria direção do CNJ — só avançou por conta da nossa luta organizada. E mesmo esse ainda não está garantido: precisa passar pelo Legislativo e pelo crivo do Executivo.

Muito mais árduo será o

caminho do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e do reajuste efetivo que reivindicamos. O projeto sequer foi oficialmente abraçado pelo CNJ — nasceu de uma comissão formada majoritariamente por representantes sindicais.

Sem pressão, não teremos avanço algum.

E ainda aos que defendem (com razão) a necessidade de institucionalizarmos uma database, vale lembrar que essa conquista depende diretamente da equalização e valorização que estamos buscando agora.

Por tudo isso, este é um momento decisivo para a estruturação da nossa carreira e a consolidação de mecanismos que garantam salários dignos — e é bom lembrar: dignos, não privilegiados.

Não somos marajás com supersalários. Somos trabalhadores públicos, sustentáculos da máquina judiciária, e lutamos por reconhecimento justo e valorização compatível com a responsabilidade das nossas funções.

Deixemos de lado a timidez, as divisões infundadas e, por vezes, as más-fés que nos fragmentam. Unamo-nos neste 3 de julho em um dia de paralisação legítimo e necessário para toda a categoria.

